

Senhora Presidente desta Casa Legislativa,

Nobres Edis,

Estamos encaminhando a essa Casa, para que seja devidamente apreciado por essa nobre edilidade, o Projeto de Lei que cria o Fundo Municipal de Educação - FME e dá outras providências.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) publicou no dia 29 de janeiro de 2018, a Portaria Conjunta FNDE/ STN nº 2, de 15 de janeiro de 2018, que dispõe sobre os critérios e as orientações operacionais a serem observadas pelos estados, Distrito Federal, financeiros quanto à movimentação agentes municípios е Manutenção e Fundeb (Fundo de do recursos divulgação dos Valorização dos Educação Básica de Desenvolvimento е da Profissionais da Educação).

De acordo com o art. 69, § 5°, da LDB (Lei n° 9.394/ 1996), a gestão dos recursos destinados à educação compete às secretarias de educação (ou órgão equivalente), no âmbito dos respectivos entes governamentais, razão pela qual as contas específicas do FUNDEB deverão ser abertas e mantidas no CNPJ do órgão responsável pela educação, na forma do disposto no art. 2°, § 1°, da Portaria Conjunta n° 2/ 2018.

Considerando que no Plano Diretor do Município; Lei Complementar Municipal n° 23 de 29/12/2006, Art. 12, Parágrafo Único, Inciso III-C e Art. 189, Inciso IV já prevê a criação do Fundo Municipal de Educação, e que o mesmo é indicado para gerenciar os recursos da educação do município, oferecendo mais transparência de acordo com o disposto na Lei Federal n° 12.527 de 18/11/2011 (Lei da Transparência) faz-se necessário a criação deste Fundo, uma vez que já foram criados os fundos da saúde, cultura transporte, restando o da Educação.



O Fundo tem por finalidade captar e aplicar recursos na implementação de política educacional pública, bem como em outras iniciativas destinadas à educação e ao cumprimento dos objetivos do Conselho Municipal de Educação. Isso fornece uma garantia maior de que os recursos públicos serão aplicados conforme determina a legislação, além de facilitar, por meio de convênios a captação de recursos junto à iniciativa privada.

Nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Visconde do Rio Brancon 16 de abril de 2018.

Iran Silva Couri
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N° <u>1730</u>/2018

DO RIO BRANCO

PROTOCOLO N' 2931

DATA ENTR 20104/2018

HORARIO 5:0185

RESPONSAVEL

"CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco, Iran Silva Couri, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n° 23 de 29/12/2006, Art. 12, Parágrafo Único, Inciso III-C e Art. 189, Inciso IV; bem como o disposto na Lei Federal n° 12.527 de 18/11/2011 faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

Capítulo I DOS OBJETIVOS

- Art. 1°. Fica instituído o Fundo Municipal de Educação FME, instrumento de captação e aplicação de recursos, o qual tem como objetivo criar condições financeiras e gerenciais dos recursos destinados à implantação e ao desenvolvimento das ações de Educação executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, no atendimento de despesa, total ou parcial com:
 - I Execução de projetos, programas e ações voltados ao (a):
 - a) desenvolvimento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle da educação;
 - b) investimento na formação continuada de professores e servidores da Secretaria Executiva de Educação;
 - c) construção, manutenção, aquisição, locação de imóveis que venham a integrar a Rede Municipal de Ensino ou unidades administrativas da Secretaria Executiva de Educação;
 - d) aquisição de materiais didáticos e equipamentos para melhoria do ensino;
 - e) aquisição de fardamento para atendimento dos estudantes da rede municipal de ensino;
 - f) provimento de alimentação escolar.
- II Pagamento de vencimentos e gratificações dos Professores e do Grupo ocupacional de Apoio Administrativo ao Magistério.
- III Aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação.
- IV Melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos ligados à área da educação.
- V Prestação de serviços de terceiros na elaboração ou execução de projetos específicos na área de educação.

Capítulo II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Praça 28 de Setembro, 317 – Bairro Centro – Visconde do Rio Branco/MG – CEP: 36.520-000 * TEL.: (32) 3559-1900 * FAX: (32) 3559-1903 * Home Page: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br



Art. 2°. O Fundo Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco -FPE-VRB, está subordinado à administração municipal de Educação, sendo necessária a criação de um CNPJ vinculado ao CNPJ n.º 18.137.927/0001-33, da Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco - MG.

SECÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Art. 3°. São atribuições do Gestor do Fundo Municipal de Educação:
- I Gerir o Fundo Municipal de Educação, estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da orçamentário-financeira;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação;

III - Manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação, referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;

IV - Prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação;

V - Firmar convênios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo Municipal de Educação;

VI - Coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;

VII - Gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação.

SEÇÃO III DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- Art. 4° Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Educação, composto pelos seguintes membros:
 - I O Secretário Municipal de Educação Membro nato e Presidente;
- II O Secretário Municipal Administração, Planejamento e Gestão -Vice-Presidente;
 - III O Diretor Administrativo de Educação;
 - IV O Gerente de Educação.
- \$1°. Os membros do Conselho que não desempenham a função de Presidente terão, cada um, um suplente, nomeado pelo Secretário Municipal de Educação - Presidente.
- do Conselho será substituído pelo Vice-§2°. O Presidente Presidente, e os demais membros por seus respectivos suplentes, em caso de ausência ou impedimento.

\$3°. As reuniões do Conselho Diretor serão realizadas a qualquer tempo, por convocação do seu Presidente.

- \$4°. As decisões do Conselho Diretor de que trata o caput deste artigo serão tomadas pela maioria simples dos seus membros, cabendo ao Presidente a decisão final em caso de empate.
- §5°. O Conselho Diretor contará com um secretário administrativo, designado pelo Presidente, dentre os servidores da Secretaria Municipal de Educação.
- §6°. A função de membro e de secretário administrativo do Conselho Diretor é considerada de interesse público relevante e não terá

Praça 28 de Setembro, 317 – Bairro Centro – Visconde do Rio Branco/ MG – CEP: 36.520-000 * TEL.: (32) 3559-1900 * FAX: (32) 3559-1903 *

Home Page: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br



remunerada extra (além a remuneração do cargo eventualmente ocupado).

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 5°. Compete ao Conselho Diretor do Fundo Municipal de Educação:

I - definir as normas operacionais do Fundo;

- II estabelecer critérios e prioridades para aplicação dos
- III alocar recursos em projetos e programas, guardando observância à viabilidade econômico-financeira e ao Plano Municipal de Educação;
- IV acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos referentes às ações e serviços financiados pelo Fundo, sem prejuízo do controle interno e externo exercido pelos órgãos competentes;
- V manter atualizados e organizados os demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal;
- VI manter arquivo com informações e toda a documentação relativa aos programas e projetos desenvolvidos com recursos do Fundo.
- VII deliberar sobre a proposta anual de orçamento do Fundo Municipal de Educação e submetê-la ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Capítulo III DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECÃO I DOS RECURSOS FINANCEIROS

- Art. 6°. Constituem receitas do Fundo Municipal de Educação:
- I As transferências oriundas do disposto no art. 212 da Constituição Federal, que exige aplicação de 25% das receitas resultantes dos impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino;
- II As transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- III As transferências do Fundo de desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ou outro que o venha substituir.
- IV Dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo Tesouro do Município;
- V Recursos provenientes de convênios firmados pela Secretaria Executiva de Educação com outras entidades.
- Parágrafo único Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão depositados em banco oficial, em conta bancária específica do Fundo Municipal de Educação.

SECÃO II DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

- Art. 7°. O orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Governo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.
- 8°. O orçamento do Fundo observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Praça 28 de Setembro, 317 – Bairro Centro – Visconde do Rio Branco/ MG – CEP: 36.520-000 * TEL.: (32) 3559-1900 * FAX: (32) 3559-1903 *

Home Page: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br



Art. 9°. O Fundo Municipal de Educação terá prestação de contas própria, que obedecerá às normas da contabilidade do Município.

§1°. A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, entendidos como balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e relação dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo.

§2°. As demonstrações e os relatórios gerados pela contabilidade do Fundo Municipal de Educação passarão a integrar a contabilidade geral do

Município.

SECÃO III DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS DESPESAS

Art. 10. Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão aplicados em:

I - Programas e projetos de melhoria da qualidade de ensino e aumento do nível de escolaridade da população;

II - Democratização da gestão da educação pública.

despesa será realizada sem a necessária 11. Nenhuma Art.

autorização orçamentária.

Parágrafo único - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 12. O Fundo Municipal de Educação terá vigência ilimitada.
- Art. 13. O Secretário Executivo de Educação editará os atos necessários ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei.
- Art. 14. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, mediante Decreto.
 - Art. 15. Esta Lei entra em vigor na da de sua publicação.

Visconde do Rio Branco, 16 de abril de 2018.

Iran Silva Couri

Prefeito Municipal